Qualis A1
Arte | Educação | Filosofia | História |
Interdisciplinar | Linguística | Literatura

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

APROXIMAÇÕES ENTRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, O CINEMA, A EDUCAÇÃO E A LEI 13.006/2014

APPROXIMATIONS BETWEEN TEACHER TRAINING, CINEMA, EDUCATION, AND LAW 13.006/2014

APROXIMACIONES ENTRE LA FORMACIÓN DE PROFESORES, EL CINE, LA EDUCACIÓN Y LA LEY 13.006/2014

Josenildo Santos de Souza[1]
Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Benjamin Constant/Amazonas, Brasil

Maristani Polidori Zamperetti[2]
Universidade Federal de Pelotas– UFPel, Pelotas/Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo

Este estudo reflete os impactos da Lei 13.006 na formação inicial e continuada de professores, no que tange às aproximações entre cinema e educação. Faz-se uso de abordagem qualitativa e bibliográfica, e a hermenêutica embasa a análise dos dados e a discussão dos resultados. Apresentam-se estudos que evidenciam a necessidade de formação com o cinema no currículo e em diálogo com as diferentes disciplinas. Os resultados mostram que as alterações, trazidas pela Lei 13.006/2014, incidem na formação inicial de professores, a impactar na reorganização curricular e pedagógica das escolas de educação básica e ampliam a necessidade de formação continuada.

Palavras-chave: Cinema e educação; Formação inicial; Formação continuada.

Abstract

This study reflects the impacts of Law 13.006 on the initial and continuing education of teachers, in relation to the approximations between cinema and education. It uses a qualitative and bibliographic approach, and hermeneutics underpin the analysis of data and the discussion of results. Studies are presented that highlight the need for cinema-based training in the curriculum and in dialogue with different disciplines. The results show that the changes brought by Law 13.006/2014 affect the initial training of teachers, impacting the curricular and pedagogical

[1] Doutorando em Educação no PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPel. Professor do Instituto Natureza e Cultura (INC) da UFAM (Universidade Federal do Amazonas).

[2] Pós-Doutora em Arte e Cultura Visual, Doutora em Educação. Professora do Centro de Artes (CA – UFPel) e do PPGE (Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPel).

SANTOS DE SOUZA, Josenildo; POLIDORI ZAMPERETTI, Maristani. APROXIMAÇÕES ENTRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, O CINEMA, A EDUCAÇÃO E A LEI 13.006/2014. **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, V. 67, N. 67, p. 1-19, Dezembro, 2025.
Disponível em: https://seer.fundarte.rs.gov.br

REVISTA DA FUNDARTE

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

reorganization of basic education schools and increasing the need for continuing education.

Keywords: Cinema and education; Initial training; Continued training.

Resumen

Este estudio refleja los impactos de la Ley 13.006 en la formación inicial y continua de los profesores, en lo que respecta a las aproximaciones entre el cine y la educación. Se utiliza un enfoque cualitativo y bibliográfico, y la hermenéutica sustenta el análisis de los datos y la discusión de los resultados. Se presentan estudios que evidencian la necesidad de formación con cine en el currículo y en diálogo con las diferentes disciplinas. Los resultados muestran que los cambios traídos por la Ley 13.006/2014 inciden en la formación inicial de los profesores, impactando en la reorganización curricular y pedagógica de las escuelas de educación básica y ampliando la necesidad de formación continua.

Palabras clave: Cine y educación; Formación inicial; Formación continua.

Introdução

No contexto da educação e da formação contemporânea, diversas transformações têm marcado as últimas décadas, com destaque especial para as alterações provocadas pelas tecnologias da informação e comunicação. Pesquisas indicam a crescente relevância de abordagens pedagógicas que incorporam a utilização de obras cinematográficas, com propósitos educacionais, em cursos de graduação em diversas áreas do saber, além dos impactos decorrentes da pós-pandemia de Covid-19. As mudanças aceleradas, impulsionadas pelas tecnologias e as crises globais, representam um desafio significativo para o Ensino Superior, que se vê pressionado pelas exigências sociais, pelas transformações geopolíticas, acentuadas por conflitos armados e reconfigurações de poder, pelos eventos climáticos extremos e pelas pandemias (Eggins; Smolentseva; Wit, 2021). Esses fatores têm profunda influência sobre o ensino, a pesquisa, a extensão, bem como sobre as inovações tecnológicas e pedagógicas, especialmente em cursos de formação de professores.

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

Gatti, Guimarães e Puig (2022) apontam a fragilidade da formação cultural de futuros professores em cursos de licenciatura para a educação básica, pautando a fragmentação dos currículos de formação, assentados na tradição formativa do início do Século XX, sem responder às necessidades educacionais do século XXI. Souza e Zamperetti (2023) defendem a urgência da aproximação entre os cursos de graduação, pós-graduação das universidades e as escolas na relação com o cinema, na produção de conhecimentos, na formação de professores. As novas demandas formativas devem refletir a intervenção pedagógica mediada pelas novas telas, situando novas metodologias aos modos de ensinar e aprender "os novos modos de ver, saber e habitar no mundo digital" (Fantin, 2011, p. 38), redefinindo a formação de professores, as experiências que necessitam adquirir frente a cultura dos alunos com o uso do "celular, a dos videojogos, a dos *smartphones*, a dos *tablets"*.

Nesse contexto, Fantin (2011), ao refletir sobre a mídia-educação, sugere uma mudança de paradigma na formação, que possa responder às necessidades da sociedade, uma nova pedagogia, portanto ante as transformações culturais, os desafios ao papel da educação e da escola, as novas linguagens e telas, para além do cinema, televisão e computador. O foco deste ensaio é trazer reflexões, fundamentadas na interseção entre cinema, educação e a capacitação docente em cursos de licenciatura, oferecidos por instituições públicas de Ensino Superior, voltados para a educação básica.

A Lei 13.006/2014, que acrescenta o parágrafo 8º do artigo 26 da Lei nº 9.394/96, tornou obrigatória a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica, constituindo-se componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica escolar. A análise se ancora na legislação brasileira pertinente, como a Lei n. 13.006/2014, que aborda inovações nas metodologias de ensino e aprendizagem, destacando as demandas formativas emergentes para a integração do cinema nas dinâmicas educativas e nos variados contextos socioculturais escolares.

Assim, o presente estudo bibliográfico prospectivo, com base qualitativa hermenêutica, tem como foco a legislação brasileira pertinente e os teóricos que discorrem sobre cinema, educação e formação de professores, objetivando

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

expandir o conhecimento sobre o que já foi elaborado em torno do tema do presente ensaio. Identificando artigos, dissertações, teses, livros e capítulos de livros de autores cujas reflexões englobam cinema, educação e formação, propõe-se considerar a análise documental como um desafio significativo, visto que as pesquisas com enfoque qualitativo apresentam a noção de dados multifocais. Tais objetos englobam a coleta e análise de informações mediadas por meios visuais, como fotografias, filmes, vídeos e documentos institucionais. Estamos alinhados com Weller e Pfaff (2011), que defendem que, em contextos educacionais culturais, é possível desenvolver e aprimorar interpretações e validar pesquisas teóricas em um determinado campo de investigação, que perpasse a formação inicial e continuada de docentes, ao introduzir contemporaneamente textos que integrem fotografias, filmes, imagens, abrangendo distintos métodos e técnicas de interpretação.

A pesquisa qualitativa abraça a hermenêutica, buscando interpretar os textos que discorrem sobre a relação entre cinema, educação e formação. Krüger (2011) reforça a importância da perspectiva qualitativa e hermenêutica ao considerá-la uma nova abordagem fundamental para a produção de conhecimento que busca entender e analisar textos oriundos de instituições educativas, bem como fotografias e imagens no campo da pesquisa educacional. O autor destaca como um desafio as novas abordagens hermenêuticas, que concebem as imagens como textos passíveis de análise e interpretação.

Aproximações entre a formação de professores e o cinema

A formação de professores no Brasil se acentuou desde o século XX, no marco da Constituição Federal de 1988, seguido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial para a educação básica, oriundas do Conselho Nacional de Educação (CNE) (Brasil, 2002, 2015, 2019) e Lei n. 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE-2014-2025) (Brasil, 2014b). A formação tem a “difícil e desafiadora tarefa da educação que é a formação crítica, autônoma e emancipatória” (Souza; Zamperetti, 2023, p. 476). A despeito de iniciativas inovadoras em cursos de

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

licenciatura, que integram a formação ética e estética cultural às vivências e experiências, ainda permanecem lacunas e dificuldades para se incorporarem, na proposta curricular, as inovações pedagógicas que incidem na formação cultural dos futuros professores para a educação básica, conforme indicam Gatti, Guimarães e Puig (2022).

Estudos, desenvolvidos por Lorenzo-Lledó *et al.* (2021), que buscaram verificar se, na formação inicial em cursos de licenciatura na Espanha, os alunos haviam recebido formação para o uso didático-pedagógico do cinema (envolvendo 58 universidades), constataram que 88,4% não a haviam recebido. A pesquisa focou as potencialidades do cinema, considerado pelos autores como tecnologia audiovisual, logo, uma linguagem não textual, para as salas de aula da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Desbarats (2021), ao explorar a integração do cinema no currículo educacional francês, destaca que essa prática se insere no campo das tecnologias criativas, promovendo a inter-relação das artes com outras disciplinas. Tal integração permite que os estudantes percebam as conexões entre essas áreas no contexto educativo, explorando diferentes perspectivas e compreendendo melhor o mundo social. A introdução do cinema na educação secundária da França remonta a 1984. No país, a articulação entre cinema e educação teve origem nos cineclubes vinculados às escolas secundárias, inseridos no contexto da educação sobre direitos humanos, e posteriormente se consolidou na estrutura do sistema educacional francês. “A questão da educação cinematográfica foi levantada desde muito cedo por professores que eram ao mesmo tempo pedagogos inovadores e devotos dos cineclubes” (Desbarats, 2021, p. 126).

Entretanto, havia divergência entre professores para a inclusão de filmes no currículo. As mudanças ocorridas no cenário político francês garantiram a cultura da arte cinematográfica na educação, “o currículo cinema-audiovisual”, cujo objetivo era motivar professores e alunos em atividades coletivas, colaborativas e interdisciplinares. “O cinema, tendo-se tornado objeto de instrução, poderia ser apreendido de diversas formas: como conjunto de obras, como conjunto de práticas técnicas, ou como local de aprendizagem coletiva” (Desbarats, 2021, p. 134).

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

A inclusão obrigatória do cinema nas escolas brasileiras tem o potencial de reverter a negação do direito ao acesso e fruição dos bens e serviços culturais, o direito à cultura visual defendido por Mirzoeff (2016). Esse direito a ver filmes se manifesta na capacidade de reivindicar formas alternativas de aprendizagem, metodologias diversificadas e práticas socioculturais enriquecedoras nos processos de aprendizagem com imagens, incluindo aquelas em movimento. Freire (1996), ao discorrer sobre a formação docente, enfatiza os saberes essenciais à prática educativa, destacando-os como elementos catalisadores das experiências pedagógicas vividas tanto dentro quanto fora da sala de aula. São as práticas dos professores que dão materialidade aos currículos, por meio do planejamento e da seleção de materiais didáticos, fundamentais para a construção de conhecimento e aprendizado.

Na perspectiva da relação entre cinema, educação e formação, concordamos com Freire (1996) quanto à essencialidade de alinhar a utilização de filmes aos saberes fundamentais para a formação docente. Isso possibilita uma compreensão mais profunda da relação entre o magistério e os pilares do ensino, pesquisa, extensão e inovação pedagógica, que são indissociáveis da conexão entre cinema, ensino-aprendizagem e ação extensionista. Isso implica na geração de conhecimento a partir das práticas culturais. Se alunos e professores não tiverem a oportunidade de vivenciar encontros com o cinema, na escola e na universidade, dificilmente a terão em outro lugar, pois o cinema, entendido como arte e pedagogia, não deve ser privilégio de uma única disciplina ou curso (Bergala, 2008). Em relação à Lei 13.006/2014, Fresquet e Migliorin (2015, p. 9) trazem reflexões quanto

> [...] à possibilidade d[e] a escola garantir o acesso a todas as crianças – e famílias – escolarizada ao cinema, mas, mais que isso, a possibilidade de acesso a sistemas de expressão e signos, blocos de ideias e estética marginalizada pelos mercados e pelo sistema oligopolista de exibição.

A aposta é que a escola se transforme em um espaço comunitário do audiovisual e novas formas de práticas pedagógicas, de modo a engajar alunos e professores na experiência estética, ética, política e emancipação social. Assim, a

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

relação com o cinema "na escola torna-se um transformador das práticas educacionais" (Fresquet; Migliorin, 2015, p. 17). Entretanto, alguns questionamentos emergem: as escolas estão preparadas para promover a exibição de filmes? Terão acesso a produções brasileiras? Quais critérios nortearão a seleção de filmes para a exibição? Os professores receberam ou receberão formação para articular e integrar o cinema aos projetos curriculares, planejamento, seleção do material didático-pedagógico fílmico e avaliação?

Concordamos com Giroux (2011) quando ele advoga pelo cinema como uma política de educação cultural, defendendo-o como meio de forjar uma prática pedagógica que promova e construa conhecimento em meio à sociedade e suas diversas culturas. Os filmes têm o potencial de influenciar o ambiente educacional ao entrelaçar cultura com práticas pedagógicas, práticas pedagógicas com engajamento político, e este, por sua vez, com um enfoque pedagógico centrado na cultura, na produção de subjetividades e em concepções de alfabetização mais abrangentes. O cinema pode ser um catalisador para a revisão de metodologias e práticas educacionais, incentivando a aprendizagem a partir de experiências que utilizam filmes como práticas culturais, que questionam a realidade social, que servem como fonte de produção de conhecimento e que promovem um diálogo crítico com os alunos.

Esses contextos trazem, ao processo de formação docente, implicações e desafios para as práticas de ensino e aprendizagem, "[...] que sejam relevantes para o desenvolvimento de atividades escolares relativas aos diferentes níveis de ensino na educação básica, considerando os projetos pedagógicos das escolas" (Gatti; Guimarães; Puig, 2022, p. 139). Isso remete à Lei nº 13.006/2014, que torna obrigatória a exibição de filmes nacionais nas escolas de educação básica, pelo menos por duas horas mensais, integrando-se ao projeto pedagógico (Brasil, 2014a). A legislação brasileira pauta o direito da educação das crianças, no interior das escolas de Educação Infantil e creches. Como, então, favorecer o usufruto e acesso aos bens socioculturais, tendo o cinema que integrar a proposta pedagógica curricular, como indicado na Lei 13.006/20? A hipótese é que a imersão do cinema na formação inicial e continuada, como pressuposto pelas normas e diretrizes para a educação básica, pode promover a relação com a

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

educação e as múltiplas linguagens na Educação Infantil, nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Médio e o direito às aprendizagens.

A formação de professores, o cinema e o contexto da Lei 13.006

Pensar a formação de docentes com o cinema significa trazer o direito à formação cultural, na interface com o artigo 215 da Constituição de 1988, que garante o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional (Brasil, 1988). A Constituição (1988, p. 13) reforça ainda o direito ao "acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética" (Brasil, 1988, p. 13). A perspectiva, trazida pela Constituição do Brasil (1988), encontra apoio em Gatti, Guimarães e Puig (2022, p. 150), ao mostrarem que a formação inicial, em cursos de licenciatura, demanda novos olhares, novos saberes e fazeres, que permitam aos futuros educadores assumirem "as práticas educacionais como práticas socioculturais, com base em uma ética social que destaque o valor dessa formação".

A formação, eixo central e primordial aos saberes necessários às práticas docentes, enquanto tarefa de ensinar-aprender-ensinar (Freire, 1996), pauta-se no contexto concreto da realidade educativa do ambiente escolar e em sala de aula. O ambiente educativo é o *lócus* propício para se construir saber da experiência, saber curricular. Assim, perpassam, pelos múltiplos eixos das áreas de conhecimento presentes nos cursos de formação de professores, as estratégias metodológicas, pedagógicas, epistemológicas, que formam um conjunto de saberes docentes a influenciar as diferentes vivências e experiências que envolvem as dimensões políticas da ação pedagógica e seu aspecto sociocultural.

A formação inicial e continuada de professores, com o objetivo de integrar o cinema à educação em escolas públicas brasileiras, em todas as suas modalidades e níveis de ensino, exige uma organização curricular e didática que incorpore saberes culturais e tecnológicos. Isso se traduz na materialização do projeto pedagógico escolar, garantindo a exibição obrigatória de filmes nacionais

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

na educação básica. Soares *et al.* (2015, p. 67) compartilham experiências formativas na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde a cultura cinematográfica é integrada ao cotidiano dos cursos, “apesar das muitas dificuldades que enfrentam, seus docentes projetam filmes para os estudantes de suas turmas”, e, por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão, os filmes passam a compor as ações curriculares dos professores.

Na trajetória da formação docente, Soares *et al.* (2015) destacam o engajamento em ações que construíram uma ampla rede educativa, interligando e influenciando os diversos universos culturais pelos quais os professores transitam, como cineclubes e experiências com o cinema, sustentadas pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, como um mecanismo de formação docente. No entanto, uma pesquisa realizada com alunos do curso de Pedagogia revelou que, ao serem questionados sobre “memórias de cinema”, menos de 10% dos filmes brasileiros foram recordados pelos estudantes (Soares *et al.*, 2015, p. 72), o que indica um hiato entre a presença do cinema nacional na formação acadêmica e a memória cultural dos futuros educadores.

Ante a Lei 13.006/2014, os autores indicam a necessidade de ações que englobem políticas públicas voltadas para contemplar: “[...] acervo básico de filmes nacionais, catálogo de filmes brasileiros, distribuídos pelo MEC para as escolas de educação básica, [...] projetos universitários envolvendo professores” para apoiar as escolas” (Soares *et al.*, 2015, p. 74). Fernandes (2015) mostra que, em alguns estados e municípios brasileiros, é possível encontrar ações pontuais com o cinema na educação, espaços de exibição de filmes, especialmente em universidades, e experiência de cineclubes. Entretanto, a autora elenca alguns aspectos singulares, dos quais destacamos: a dificuldade de acesso a filmes; acesso disponível e baixado da internet; relação com o cinema na sala de exibição.

Nessa perspectiva, compreendemos, a partir de Setton (2004; 2011), que o cinema ganha centralidade cultural na educação, assim como problematiza as diferentes instituições de ensino, que podem permear as ações pedagógicas, trazendo os filmes e suas linguagens para o ambiente escolar de aula e fora dos muros institucionais e ser capaz de mudar a percepção da realidade. Freire (1996)

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

anuncia que a primeira forma de leitura é a leitura de mundo. A leitura de mundo pressupõe as múltiplas linguagens. As múltiplas linguagens são um eixo trazido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que se relaciona com as necessidades de formação inicial em cursos de licenciatura, uma vez que as múltiplas linguagens são definidas pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e vinculadas às diferentes experiências relacionadas às Artes (Brasil, 2016).

Desse modo, ao aproximar-se a formação de professores da Educação Infantil e da formação inicial, em cursos de licenciatura nas universidades brasileiras, a Lei 13.006/2914 deve ser considerada. A Constituição (1998, p. 130) enseja que a educação das crianças participa de "outros universos sociais, como em festas populares de sua cidade ou bairro".

As experiências da infância com o cinema, mostradas em abordagens de Espelt (2006, p. 35), que apresenta as relações com filmes e as recordações do tempo de infância, reforçam as implicações com a cultura do cinema e os costumes adquiridos nos primeiros anos, "referentes especialmente à influência do cinema em suas vidas". Assim, podemos conjecturar que, quando o acesso de crianças ao cinema é negado, isso afeta o aprendizado das futuras gerações. Porém, a infraestrutura das instituições de ensino, para a fruição de experiências de exibição de filmes, pode ser um desafio aos professores.

Os estudos de Oliveira (2024) revelam os desafios e dificuldades dos professores no contexto pandêmico, quando enfrentaram a carência de recursos tecnológicos, tanto no acesso quanto na qualidade dos recursos tecnológicos, falta de conexão, comunicação, desigualdades educacionais, sociais, econômicas, a vulnerabilidade e a exclusão social. Tudo isso nos remete à infraestrutura que deve ser assegurada para os professores desenvolverem atividades com o cinema. Souza e Zamperetti (2023), a partir de Hossain (2021), indicam que a crise sanitária global revelou um cenário de precariedade e instalações inadequadas, que comprometem inovações educativas e práticas pedagógicas.

A crise, vivenciada nos sistemas educacionais, em realidade se acentuou com a pandemia de Covid-19, trazendo exigências e implicações à formação de professores, ao papel das escolas e aos cursos de licenciaturas, diante do uso das

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

tecnologias da informação e da comunicação para o trabalho pedagógico. Percebeu-se o

> [...] despreparo tecnológico da educação em relação ao acesso, uso e ao hábito de utilização de ferramentas tecnológicas como instrumento de aprendizagem e conhecimento e, ainda, a falta de planejamento institucional das redes de ensino sobre as ações pedagógicas, desde a questão da formação de professores, de ampliação das redes e baixa qualidade da internet, e a simplificação do processo do ensinar e aprender meramente como uma transposição do trabalho presencial no virtual, desconsiderando-se diferenças significativas sobre tais modalidades de ensino. (Oliveira, 2024, p. 555).

Concordamos com Oliveira (2024), quando afirma que as tecnologias devem ser integradas às diversas etapas pedagógicas do processo educativo, sendo essenciais para a exibição de filmes e para a transição da cultura impressa para a cultura visual, especialmente ao se considerar o cinema nos contextos educacionais. As tecnologias têm o potencial de ampliar os espaços e as trajetórias de aprendizagem, tornar o currículo mais flexível e integrar práticas pedagógicas inovadoras, buscando formas contemporâneas de ensino e aprendizagem que respondam às demandas da realidade atual. Contudo, reconhecemos a importância de promover a democratização e a equidade no acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, além de se garantir a qualidade da infraestrutura física e tecnológica das instituições de ensino.

Reconhecer o cinema, articulado à educação no âmbito das práticas pedagógicas culturais, implica compreender os desafios apresentados pela Lei no 13.006/2014 ao processo formativo nas escolas e universidades, enquanto espaços culturais e políticos. Considerar o cinema como uma tecnologia social, cultural e política traz implicações pedagógicas significativas, sobretudo para os saberes necessários à formação docente.

Giroux (2008) discute a necessidade de criarem-se condições, no contexto da formação em programas de educação, para que professores possam assumir diferentes papéis em distintos contextos culturais, com o intuito de promover a aprendizagem, incorporando, produzindo e debatendo novas abordagens

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

pedagógicas como práticas culturais, na interseção entre educação, cultura e política. Isso demanda gerar oportunidades para a difusão dos estudos da cultura cinematográfica, capazes de gerar novas metodologias em diálogo com as disciplinas curriculares e ampliar as compreensões sociais, culturais, éticas e políticas que permeiam os projetos pedagógicos que utilizam filmes na dinâmica dos processos de ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva, a pedagogia como tecnologia cultural pressupõe a orientação de projetos que permitam aos futuros professores compreender o papel da cultura, da educação e sua conexão com as tecnologias, enfatizando a necessidade de aprendizagem com a cultura cinematográfica, sobretudo em realidades onde essa cultura é negligenciada e as populações são excluídas do acesso a ela, e a implicação das disciplinas em estabelecer relações com filmes como prática cultural, reconfigurando a definição conceitual de pedagogia. Para Giroux (2008), isso significa considerar os professores como produtores de cultura que vão além do domínio das técnicas e metodologias. Nesse sentido, compreende o autor que

> [...] a pedagogia como uma configuração de práticas textuais, verbais e visuais que objetivam discutir os processos através dos quais as pessoas compreendem a si próprias e as possíveis formas pelas quais elas interagem com outras pessoas e seus ambientes. A pedagogia representa um modo de produção cultural implicado na forma como o poder e o significado são utilizados na construção e organização de conhecimentos, desejos, valores (Giroux, 2008, p. 100).

Gatti (2016), ao abordar a cultura no contexto da educação, enseja que ela não é desconexa da realidade e dissociada das desigualdades culturais, então as ações educacionais devem propiciar transformações na formação de professores. Entretanto, assevera a autora, os currículos não apresentam inovações curriculares que propiciem aos futuros docentes enfrentar os desafios contemporâneos.

Duarte *et al.* (2019, p. 7), ao pesquisarem sobre mídia-educação em contextos escolares, identificaram que, em geral, há uma baixa frequência de escolas que promovem atividades culturais, incluindo o cinema e a infraestrutura,

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

sendo que a precariedade de conexão de internet e escassez de equipamentos tecnológicos são desafios a superar. A despeito da emergência das tecnologias, deve-se assegurar que as aprendizagens ocorram em qualquer lugar, de modo que "[...] os alunos não estão tendo a oportunidade, imprescindível no mundo contemporâneo, de aprender a se expressar adequadamente em diferentes linguagens, tendo como foco a apropriação e a difusão dos conhecimentos abordados na escola".

Com base nessas reflexões, advogamos pela necessidade de a escola e a universidade engajarem-se em um diálogo com as realidades socioculturais para promover a inclusão de crianças, jovens e adultos provenientes dos diversos municípios brasileiros onde o acesso a serviços culturais de exibição de filmes é escasso (Ancine, 2019). O desafio reside na inovação e flexibilização curricular, com o objetivo de responder à carência de interação entre a cultura cinematográfica e a pedagogia na formação dos futuros educadores para a educação básica. Charlot (2014), ao discorrer sobre as artes na sociedade contemporânea, incluindo a inserção do cinema no final do século XIX e início do século XX no universo artístico, destaca que o cinema pode proporcionar prazer estético ao espectador e promover a valorização cultural dos indivíduos. Isso porque a educação, sob uma perspectiva social e cultural, possibilita a humanização e a socialização, considerando que o ser humano é essencialmente um ser inacabado.

Embora a Lei n. 13.006/2014 ainda necessite de regulamentação mais detalhada quanto à inserção do cinema nas escolas de educação básica, são inúmeros os desafios enfrentados por professores e instituições escolares. Sem pretender esgotar ou abarcar todos os desafios, elencamos alguns pontos relevantes:

1. A inserção do cinema nas escolas, o acesso aos filmes, a seleção, curadoria pedagógica e duas horas para exibição, pelo menos uma vez ao mês, é suficiente?
2. A infraestrutura física escolar e o ambiente adequado para a exibição de filmes, com os aparatos técnicos e tecnológicos necessários, encontram-se disponíveis ao uso dos professores?

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

3. Como ocorre a formação inicial e continuada dos professores para dar conta das exigências da Lei 13.006/2014?
4. Como tem se dado a revisão dos projetos pedagógicos das escolas e dos cursos de licenciatura, para adequar a formação de professores ao contexto do cinema como componente curricular nas escolas de educação básica?
5. A ressignificação do ensino e extensão nas universidades, os programas de iniciação à docência e residência pedagógica, no contexto sociocultural do cinema como prática cultural, faz-se presente?

Conclusões

Os resultados obtidos, embora não conclusivos, indicam que, apesar de a legislação sinalizar a relevância da relação entre cinema e educação para a formação cultural, persistem lacunas e fragilidades nos processos formativos dos cursos de licenciatura, que poderiam beneficiar os futuros professores na integração de filmes brasileiros nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Contudo, diversos autores defendem que escolas e universidades constituem espaços privilegiados para o desfrute da cultura cinematográfica.

Apesar das investigações destacarem o potencial formativo do uso do cinema na educação, a escassez de experiências práticas na trajetória dos cursos de formação docente cria lacunas e impõe dificuldades para a incorporação de inovações pedagógicas relacionadas ao uso de filmes nacionais nas propostas curriculares.

A experiência francesa, ao estabelecer um programa de educação nacional voltado para o cinema, ilustra as estratégias adotadas, como a criação de programações cinematográficas e canais universitários dedicados à educação audiovisual, em parceria com o ministério da cultura. Tal experiência resultou em inovação pedagógica e no trabalho colaborativo entre professores. O cinema, nesse contexto, não se apresentava como uma disciplina isolada, mas dialogava, de maneira interdisciplinar, com as demais áreas do conhecimento (Desbarats, 2021).

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

Por sua vez, estudos realizados em universidades da Espanha constataram que os alunos dos cursos de licenciaturas não receberam formação para uso do cinema em escolas da Educação Infantil e Ensino Fundamental (Lorenzo-Lledó *et al.*, 2021). Essa carência formativa também pode ser encontrada no Brasil, afetando negativamente o ensino e aprendizagem nas escolas de educação básica, além de incidir nas necessidades formativas em cursos de licenciatura de formação inicial e continuada e na implementação da Lei 13.006/2014.

Os resultados das reflexões evidenciam a urgência em reavaliar a formação inicial e continuada de professores, com o propósito de catalisar mudanças curriculares que possibilitem aos futuros educadores uma maior imersão e vivência prática em metodologias pedagógicas inovadoras para o contexto escolar da educação básica. À luz dos autores discutidos neste trabalho, torna-se viável idealizar a criação de um *hábitus* cultural centrado no cinema, com vistas a integrar distintas áreas do conhecimento, articulando as múltiplas linguagens no percurso formativo dos cursos de licenciatura. Tal abordagem tem o potencial de fomentar interações entre ensino, pesquisa, extensão e inovações pedagógicas, enriquecendo os modos de aprendizagem por meio da incorporação de filmes de curta e longa metragem no ambiente educacional.

As análises apresentadas pelos autores mencionados ao longo deste ensaio permitem-nos argumentar que as alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especificamente o acréscimo do parágrafo 8º ao artigo 26 da Lei no 9.394/1996 (Brasil, 1996), deixam lacunas significativas na trajetória de formação dos professores em cursos de licenciatura, especialmente no que tange à integração do cinema nas práticas educativas das escolas de ensino básico. Isso implica uma necessária reformulação curricular nos cursos de licenciatura, tendo em vista a obrigatoriedade de exibição de filmes brasileiros nas escolas de ensino básico. Tal medida impacta diretamente a formação docente, uma vez que expõe deficiências nas demandas do processo de ensino e aprendizagem para a inclusão efetiva de filmes no projeto educativo e na apropriação desses recursos nas práticas pedagógicas dos professores da educação básica, incluindo planejamento, planos de ensino e projeto político-pedagógico.

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

Por fim, sob essa perspectiva, a constituição de parcerias entre escolas e universidades, para a promoção de ações pedagógicas envolvendo cinema, em consonância com a Lei no 13.006/2014, é essencial para o compartilhamento da formação inicial e continuada de professores, expandindo os horizontes culturais e didático-pedagógicos. Essas parcerias são fundamentais para que as práticas educativas se alinhem às demandas de aprendizagem contemporâneas em sala de aula, beneficiando a educação básica nos diversos municípios brasileiros.

Referências:

ANCINE. Agência Nacional de Cinema. **Estudo georreferenciado de salas de exibição**. Brasília, 2019.

BERGALA, Alain. **A Hipótese-cinema**. Rio de Janeiro: Booklink; CINEEAD-LISE-FE/UFRJ, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. V. I.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2002.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014a.

BRASIL. Lei 13.006, de 26 de junho de 2014. Acrescenta § 8o ao art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13006.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de

REVISTA DA FUNDARTE

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, 2019.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2014.

DESBARATS, Francis. 'High-school cinema curricula: Evidence of new trends in education'. **Film Education Journal**, v. 4, n. 2, p. 125-135, 2021.

DUARTE, Rosália *et al*. Produção de sentido e construção de valores na experiência com o cinema. *In:* SETTON, Maria da Graça Jacintho (Org.). **A cultura da mídia na escola**: ensaios sobre cinema e educação. São Paulo: Annablume: USP, 2004.

EGGINS, Heather; SMOLENTSEVA, Anna; WIT, Hans de. What do the next 10 yearss hold for global lobal higher education? **University World News**, London, 29 May 2021. Disponível em: https://www.universityworldnews.com/post.php?story=20210525104743964 Acesso em: 02 jun. 2025.

ESPELT, Ramón. A infância do espectador cinematográfico. *In:* TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; LARROSA, Jorge; LOPES, José de Sousa Miguel. **A infância vai ao cinema**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FANTIN, Monica. Mídia-educacão: aspectos históricos e teórico-metodológicos. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 27-40, 2011.

FERNANDES, Adriana Hoffmann. "A professora disse que hoje não vai ter aula e que é filme" – A obrigatoriedade de ver filmes e o cineclube como acesso formatvo aos filmes: um desafio a partir da legislação. *In:* FRESQUET, Adriana (Org.). **Cinema e Educação**: a Lei 13.006/14: reflexões, perspectivas e propostas. Belo Horizonte: Universo Produção, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRESQUET, Adriana; MIGLIORIN, Cezar. Da obrigatoriedade do cinema na escola, notas para uma reflexão sobre a lei 13.006/2014. *In:* FRESQUET, Adriana (Org.). **Cinema e Educação**: a Lei 13.006/14: reflexões, perspectivas e propostas. Belo Horizonte: Universo Produção, 2015.

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de Professores: condições e problemas atuais. **Revista Internacional de Formação de Professores (RIPF)**, Itapetininga, v. 1, n. 2, p. 161-171, 2016.

GATTI, Bernardete Angelina; GUIMARÃES, Luisa Veras de Sandes; PUIG, Daniel F. **Uma cartografia na formação de professores para a educação básica**: práticas e soluções inovadoras em propostas curriculares [recurso eletrônico]. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, 2022.

GIROUX, Henry A. Praticando Estudos Culturais nas Faculdades de Educação. 7. ed. *In:* SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas em sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIROUX, Henry A. Breaking into the Movies: public pedagogy and the politics of film. **Policy Futures in Education**, v. 9, n. 6, 2011.

KRÜGER, Heinz-Hermann. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação na Alemanha. *In:* WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Org.). **Pesquisa qualitativa em Educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LORENZO-LLEDÓ, Alejandro *et al.* Academic Training in Spanish Universities for the Didactic use of Cinema in Pre-School and Primary Education. **Journal of Techoloy and Science Education**, v. 11, n. 1, 2021.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. Ensino remoto emergencial e as estratégias pedagógicas durante a pandemia da Covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 18, n. 52, p. 531-561, 2024.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Cinema: instrument reflexivo e pedagógico. *In:* SETTON, Maria da Graça Jacintho (Org.). **A cultura da mídia na escola**: ensaios sobre cinema e educação. São Paulo: Annablume: USP, 2004.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **Mídia e educação**. 1. ed. 1. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

SOARES, Maria da Conceição Silva *et al.* Como na Faculdade de Educação da UERJ estamos praticando pensando cinema e o significado da lei n. 13.006/2014. *In:* FRESQUET, Adriana (Org.). **Cinema e Educação**: a Lei 13.006/14: reflexões, perspectivas e propostas. Belo Horizonte: Universo Produção, 2015.

SOUZA, Josenildo Santos de; ZAMPERETTI, Maristani Polidori. Entre formação de professores e suas práticas: reflexões sobre o campo em disputa. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 14, n. 41, p. 475-494, 2023. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1375 Acesso em: 24 maio 2025.

V. 67, N. 67 (2025)
ISSN 2319-0868

WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle. Pesquisa qualitativa em Educação: origens e desenvolvimentos. *In:* WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Org.). **Pesquisa qualitativa em Educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Recebido em: 04/08/2024.
Aceito em: 07/07/2025.
Editor responsável: Júlia Maria Hummes
.

Josenildo Santos de Souza
Professor Adjunto III da Universidade Federal do Amazonas no Instituto de Natureza e Cultura, no campus alto Solimões em Benjamin Constant/AM. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), na linha de pesquisa Formação de Professores, Ensino, Pesquisa e Práticas Educativas. Mestre em Estudos Amazônicos pela Universidad Nacional de Colômbia (UNAL) Sede Amazónia, na linha de pesquisa Desenvolvimento Regional (Revalidação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (2001).
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6028-252X
E-mail: josenildosantosdesouza@ufam.edu.br

Maristani Polidori Zamperetti
Doutora e Mestra em Educação (PPGE/FaE/UFPel). Professora Associada no Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas, RS, onde ministra disciplinas na área de Fundamentos da Educação em Artes Visuais. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/FaE/UFPel), Mestrado e Doutorado, na Linha de Pesquisa "Formação de Professores: Ensino, Processos e Práticas Educativas". Líder do Grupo de Pesquisa: Pesquisa, Ensino e Formação Docente nas Artes Visuais (CNPQ).
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9600-1988
E-mail: maristaniz@hotmail.com

Creative Commons Não Comercial 4.0 Internacional de Revista da FUNDARTE está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Baseado no trabalho disponível em https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte. Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em https://seer.fundarte.rs.gov.br/

SANTOS DE SOUZA, Josenildo; POLIDORI ZAMPERETTI, Maristani. APROXIMAÇÕES ENTRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, O CINEMA, A EDUCAÇÃO E A LEI 13.006/2014. **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, V. 67, N. 67, p. 1-19, Dezembro, 2025.
Disponível em: https://seer.fundarte.rs.gov.br